



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2011

Com a eleição de um novo Governo, reacendeu-se a esperança de que a Fundação reinicie as suas funções de acordo com o que se encontra determinado nos Estatutos da sua constituição.

Com a situação económico-financeira que o país vive, quer na altura da entrada em funções do novo governo quer até final deste ano, admite-se que – e por via da crise instalada – este processo não seja analisado tão rapidamente como se poderá supor, se bem que, de acordo com o que foi público, a área do desporto iria sofrer alterações mais ou menos significativas.

Embora independente da administração pública mas dentro da área de intervenção do responsável governamental do desporto – como é o caso desta Fundação – ficou a saber-se, ao longo de 2011, que o Instituto do Desporto de Portugal (IDP) e o Instituto Português da Juventude (IPJ) seriam fundidos e que mais dois organismos do Estado seriam extintos. Para o caso dando lugar ao Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ).

De forma pública, nada se soube quanto a esta Fundação.

De acordo com a informação que foi prestada pelo Secretário-geral da Fundação – que teve oportunidade de analisar este dossier com o Secretário de Estado do Desporto e Juventude, Mestre Alexandre Mestre – a questão da Fundação seria analisada em tempo oportuno.

A situação desta Fundação será, ainda, avaliada com base na nova legislação que o Governo está a implementar com vista à reorganização do tecido fundacional português.

Pelo que se fica na expectativa – na falta de mais informações até final do ano a que respeita este relatório – que nos primeiros meses de 2012 se possam conhecer os planos do Governo quanto ao papel que esta Fundação pode ter para o país, assente na cooperação do sector empresarial com as estruturas estatais.

Quanto ao ano de 2011, em termos globais, o exercício foi, na prática, idêntico aos anteriores.

Com a ausência da nomeação, por parte do Governo, do Presidente do Conselho de Administração, de acordo com os Estatutos, não havia condições para implementar um plano de actividades que correspondesse à realidade das necessidades e dos fundos existentes e ou a disponibilizar.

Em idêntico documento, reportando ao exercício do ano de dois mil e nove, tivemos oportunidade de salientar os factos mais significativos que contribuíram para a "paragem no tempo" desta Fundação.

Estamos em crer que, se se conseguir debelar a situação existente há anos e, ao mesmo tempo, acarinhar e incentivar os parceiros privados a investir, a Fundação terá as armas suficientes para, com a mesma ou com novas perspectivas e ou actividades, voltar a actuar no apoio a eventos e abarcar um conjunto de outras áreas tangentes à sua missão.

A questão principal actual – apara além da nomeação do Presidente do Conselho de Administração, é o não cumprimento, por parte do Estado (levantado repetidas vezes pelos parceiros privados) – é a que se refere não só à liquidação da verba em falta quanto à dotação patrimonial (€ 872.895,63) como, também, da atribuição do subsídio anual (€ 1.612.714,76), números referidos a 31 de Dezembro de 2011.

Por liquidar mantém-se ainda o montante (€ 540.364,40) relativo aos parceiros privados, que suspenderam as doações em função da posição tomada pelo Estado quanto às suas obrigações.

A dívida existente para com a RTP (€ 232.730,00), relativo ao protocolo assinado em 2002 , é outro assunto pendente.

O resultado líquido negativo alcançado (**€ 48.222,57**) no final do exercício deste ano resulta da inexistência de qualquer receita, continuando-se a recorrer ao capital ainda existente.

Propõe-se, neste caso, que o défice apurado, em função de procedimentos idênticos anteriormente assumidos, seja associado aos saldos existentes e transite para o Exercício de 2012.

Em relação ao Estatuto de Utilidade Pública que a Fundação detém, a Presidência do Conselho de Ministros, responsável pela atribuição deste Estatuto, fez saber, por ofício, que implementará os procedimentos tendentes à sua cessação no caso de se continuarem a verificar saldos negativos.

Regressando ao início, mantém-se a expectativa de que, em 2012, seja possível o retorno da Fundação à actividade, depois que o Governo defina – ou redefina – a estratégia que pretende implementar no seu programa para 2012 e o papel que esta Fundação poderá desempenhar, dado o seu estatuto permitir um conjunto de benefícios inigualáveis em Portugal.

Lisboa, 13 de Março de 2012

Pel'O Conselho de Administração



Nuno Pinto de Magalhães
(Vice-Presidente)